

TEMA/EIXO: "DISCURSOS DA GEOGRAFIA LATINO-AMERICANA: TEORIAS E MÉTODOS".

CAPITAL SOCIAL E GEOGRAFIA: UMA CONTRIBUIÇÃO A UM DEBATE.

Linovaldo Miranda Lemos
Professor CEFET Campos
Doutorando em Geografia UFRJ
linolemos@hotmail.com

RESUMO: Embora questões como a importância dos laços e redes sociais ou a capacidade de associação com vistas à realização do bem comum estejam no cerne do pensamento sociológico, será nos anos 80 e 90, que o termo *capital social* despontará como aquele conceito utilizado para pensar essas (e outras) questões. A julgar pelo crescente número de publicações científicas nas diversas áreas temáticas das ciências sociais, trata-se de um conceito que merece, no mínimo, uma atenção por parte da geografia. Isso não por um modismo oportunista, mas porque a geografia tem uma contribuição a dar na questão do papel mediador dos lugares na predisposição dos indivíduos à participação. Em segundo lugar, o conceito de capital social poderia ser uma forma profícua de aproximação com as demais ciências sociais sob a forma de construtos teóricos e metodológicos na fronteira entre a geografia e a ciência política. O presente trabalho busca, portanto, ser uma contribuição nesta direção. Para tanto, proceder-se-á ao desenho teórico do conceito nas suas origens e autores seminais tentando-se esboçar um quadro do debate intelectual em torno do conceito. Em seguida, discute-se a emergência do conceito nos anos 90 e aponta-se aspectos que a geografia pode contribuir nesse debate. Trata-se, portanto, de um trabalho que almeja ser um convite à reflexão não preconceituosa e aberta – mas ao mesmo tempo crítica – em relação a um conceito muito em voga nas ciências sociais, mas ainda de relativamente pouca penetração na geografia.

Palavras chaves: *capital social, geografia, ciências sociais, participação, democracia.*

1 – INTRODUÇÃO

O acadêmico norte-americano Robert Putnam conseguiu o feito pouco comum de tornar suas idéias alvo de discussão não só entre seus pares como também entre formuladores de políticas públicas e do grande público em geral. Foi assim com o lançamento do seu livro “Making democracy Work” em 1993, ocasião na qual jornais de grande circulação nos Estados Unidos – e alhures – dedicaram páginas para a publicação de resenhas e comentários sobre sua obra¹, tendo sido a mesma, em 1994 laureada com o prêmio Gregory Luerbert em Política Comparada concedido pelo American Political Science Association.² Em 1995 com um artigo no Journal of Democracy e em 2000, com o lançamento do seu “Bowling Alone”, mais barulho se ouviu em torno do seu nome (DeFilippis 2002), o que significou mais entrevistas, resenhas e convites para os círculos proeminentes do poder. O cientista político de Harvard, segundo Boggs (2001), foi lançado ao status de uma quase celebridade.

Sarcasmos à parte, o que se tem como pano de fundo intelectual, é um conceito amplamente discutido nas suas fraquezas e virtudes: capital social. A despeito de haver uma gama de definições, o mesmo se refere, de forma geral, ao conjunto de normas, regras, laços de confiança e sistemas de participação e cooperação cívicas com vistas à produção do bem comum (D’Araújo 2003). Embora tais preocupações não sejam nenhuma novidade no pensamento político-social, a partir dos anos 90 a utilização desse conceito tornou-se uma espécie de idéia-força nos debates acerca do desenvolvimento, bom governo e democracia, dentre outros. Questões que devem estar no cerne de uma geografia política crítica, preocupada não só em desvelar a lógica espacial do mundo como também, ao assim proceder, se aproximar das demais ciências sociais. O presente *paper* visa ser um convite ao debate aberto e produtivo nesta direção.

¹ Tarrow (1996) aponta como exemplos: Times Literary Supplement, fevereiro de 1993; The Economist, outubro de 1993; The Nation, novembro de 1993 e The New York Times Book Review em janeiro de 1995.

² Como presidente de um dos comitês que concedeu o referido prêmio a Putnam, Margaret Levi analisou de forma muito clara aspectos problemáticos do livro Making Democracy Work, em especial os mecanismos através dos quais o capital social é mantido e produzido (Levi 1996).

II – AS ORIGENS INTELLECTUAIS DO CONCEITO.

É notório que a importância dos laços de reciprocidade e o papel das redes sociais como fator de coesão e bem estar social está na origem do próprio pensamento sociológico. Basta pensarmos, a título de ilustração, na importância dada por Émile Durkheim aos laços e coesão sociais no seu estudo sobre o suicídio, ou a forma com que Aléxis de Tocqueville celebrou a capacidade da sociedade americana em criar laços e associações com vistas à realização do bem comum. Em suma, embora estudado com outros rótulos no passado, pode-se dizer que se trata de uma preocupação que não é nova (Portes 1998).³ Contudo, será nos anos 80 do século XX com Pierre Bourdieu e James Coleman que definições mais sistemáticas entrarão em cena.

Para Bourdieu (1998, 67), capital social é:

“[...] o conjunto de recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns [...] mas também unidos por ligações permanentes e úteis”.

Nesse sentido, a participação do indivíduo em determinadas redes de relacionamentos lhe permitiria o acesso a certos recursos econômicos, bem como o aumento do seu capital cultural através dos contatos interpessoais ou mesmo por meio da afiliação a instituições capazes de conferir credenciais que são valorizadas socialmente.

A despeito de sua importância, este trabalho de Bourdieu não encontrou a merecida atenção no mundo anglo-saxão (Portes 1998). A introdução do mesmo nos EUA se dá a partir do artigo de Coleman no *American Journal of Sociology* em 1988 no

³ Para uma análise mais detalhada das origens do uso do conceito de capital social veja Woolcock (1998); Forni, Siles & Barreiro (2004); Boix & Posner (1998) e Portes (1998).

qual demonstrou a importância do capital social na criação do capital humano tomando como alvo principal de análise a evasão escolar. Para este autor:

“Social capital is defined by its function. It is not a single entity but a variety of different entities, with two elements in common: they all consist of some aspect of social structures and they facilitate certain actions of actors – whether persons or corporate actors – within the structure.” (Coleman 1988, 98).⁴

Note-se que tanto para Bourdieu quanto para Coleman o capital social é um recurso para indivíduos inscritos nas relações sociais, ou seja, um ativo que lhes permite a criação de redes de relações sociais com o objetivo de alcançar determinados objetivos. Poderíamos pensar, conforme ilustrativa afirmação de Portes (1998, 7) que *“... whereas economic capital is in peoples’s bank accounts and human capital is inside their heads, social capital inheres in the structure of their relationships”*.

Contudo, ao contrário de Bourdieu, para Coleman (*apud* Fraga, R. O & Lemos, L.M 2006):

“o capital social não pertence exclusivamente à elite nem tem o papel de gerar ou perpetuar as desigualdades de uma sociedade. Para este, o capital social é um bem público [...] que pode trazer importantes ganhos para as comunidades pobres e marginalizadas. Em sua visão otimista de capital social, este seria responsável pela criação de um conjunto de normas e sanções que trabalharão para que os indivíduos cooperem em benefício mútuo”.

Embora esta dimensão micro-social ainda esteja presente, a partir dos anos 90 as abordagens mudam o foco do capital social, passando a associá-lo a níveis de cidadania ativa de regiões e mesmo de países no pressuposto de que sociedades marcadas por altos estoques de capital social na forma de engajamento cívico e sistemas de participação influenciam positivamente a performance governamental e o

⁴ Coleman afirma que o conceito de capital social é utilizado como uma ferramenta intelectual numa abordagem da ação social. Seu esforço é por fugir tanto das correntes que vêem os indivíduos como que governados por leis e regras que constroem suas ações quanto daquelas que, ao contrário, o vêem agindo independentemente da sociedade, imbuídos da busca da maximização de seus objetivos.

próprio nível de desenvolvimento econômico-social. É nesse contexto que se insere o trabalho de Robert Putnam.

A partir de um extensivo estudo de mais de duas décadas sobre o processo de descentralização administrativa na Itália, suas idéias suscitaram um acalorado debate sobre o papel da história, da cultura e do engajamento cívico de um povo no processo de desenvolvimento de diferentes regiões e países. Putnam viu no estabelecimento de governos regionais na Itália no início dos anos 70 e a conseqüente necessidade de criação de novas instituições “*a partir do nada*” uma valiosa oportunidade para se proceder ao estudo dessa experiência. Com uma duração de quase 25 anos, seu trabalho comparou o desempenho institucional das diversas regiões da Itália buscando a explicação para as diferenças no bom governo nas tradições institucionais e cívicas sintetizadas na idéia de capital social.

Colocando de forma sintética, com esse trabalho Putnam demonstrou que a descentralização política promovida na Itália e o fortalecimento do poder local não foram capazes de dissipar as diferenças de desenvolvimento entre o norte e o sul daquele país. O norte, mais desenvolvido, “*soubera aproveitar-se melhor das vantagens da descentralização, enquanto o sul conseguiria melhorias, mas não no mesmo ritmo das do norte nem, muito menos, na velocidade necessária para corrigir as desigualdades entre as duas regiões*” (D’Araújo 2003, 13). As causas dessa diferença residiriam, segundo Putnam, em certas características da organização social tais como redes, normas e confiança generalizada (ou seja, na presença de estoques de capital social) maiores nas regiões do norte.

Voltando-se mais tarde para a sociedade americana, Putnam organiza dados que considera serem provas do declínio do engajamento cívico naquele país (Putnam 1995 e 2000).⁵ Nas suas palavras, “*In sum, after expanding steadily throughout most of this century, many major civic organizations have experienced a sudden, substantial,*

⁵ Putnam toma como base indicadores como comparecimento às eleições nacionais, participação em reuniões públicas, associações de pais e mestres e comunitárias, voluntariado, etc.

and nearly simultaneous decline in membership over the last decade or two” (Putnam 1995, 70). Segundo o autor, embora se pudesse argumentar que as formas tradicionais de engajamento cívico estariam sendo substituídas por outras como organizações ambientais e grupos feministas, do ponto de vista da conectividade social estas são qualitativamente diferentes das formas tradicionais já que *“for de vast majority of their members, the only act os membership consists in writing a check for due or perhaps occasionally reading a newsletter”*. (Putnam, op. Cit, 71).

Os anos 90 assistiram a uma proliferação de trabalhos com a temática do capital social (Higgins 2005), e de uma forma ou de outra, os trabalhos de Putnam continuaram – e continuam – a exercer influência nessas abordagens. Contudo, a popularidade do conceito se traduziu na sua aplicação em contextos e eventos tão diferenciados que Portes, já em 1998, chamava atenção para a perda do poder explicativo do conceito.

Tal diversidade se reflete nas diferentes formas de capital social que podem ser encontradas na literatura. Harris & Renzio (1997 *apud* Bebbington & Perrault 1999) destacam: i) conexões familiares e de parentesco; ii) redes sociais ou associações ligadas a grupos ou organizações; iii) ligações inter-setoriais ou redes de redes que ligam organizações do estado, mercado e sociedade civil em torno da resolução de problemas; iv) capital político, normas e relacionamentos informais que ligam a sociedade civil e o estado e que determinam níveis de controle social sobre o mesmo; v) estrutura institucional e política de regulação da vida pública e vi) normas e valores sociais que influenciam o funcionamento social.

O gráfico a seguir presta-se a tentar organizar o uso do conceito de capital social na sua relação com o desenvolvimento econômico.

QUATRO PERSPECTIVAS DE CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO⁶

PERSPECTIVA	ABORDAGEM	LIMITAÇÃO	ATORES PRINCIPAIS	PRESCRIÇÕES POLÍTICAS
COMUNITÁRIA	Capital social (CS) corresponde às organizações no nível local como associações, clubes e grupos cívicos. É visto como sendo inerentemente positivo e propiciador de melhorias na comunidade.	Ignora o dark side do CS comunitário. Também pode ser fonte de discriminação, opressão, corrupção e clientelismo.	Grupos de comunitários, de voluntários, e do setor voluntário.	"Small is beautiful". Reconhecimento dos ativos sociais dos pobres.
REDES	Reconhece a importância das relações entre indivíduos num dado grupo, mas acentua o papel daqueles laços estabelecidos entre grupos de diferentes naturezas. O CS é concebido como uma "faca de dois gumes", ou seja, tanto pode ser um elemento facilitador quanto impeditivo para o avanço econômico. Acentua a importância do CS do tipo "Bridging", ou seja, os laços extracomunitários necessários para a resolução de problemas.	Dificuldade de incorporar o Estado e sua capacidade tanto para moldar grupos quanto para ser moldado por grupos locais. Subestima o papel que estas podem ter na performance institucional e o enorme potencial positivo das relações Estado-sociedade.	Empresários, grupos de negócios.	Descentralização, criação de zonas de empresas, estabelecimento de pontes entre as divisões sociais.
INSTITUCIONAL	CS como uma variável dependente do ambiente político, legal e institucional. A capacidade dos grupos sociais de agir depende crucialmente da qualidade das instituições sob as quais residem. Também acentua que a performance do estado e de firmas depende de sua própria coerência, credibilidade e competência internas, bem como de sua accountability externa por parte da sociedade civil.	Se sua força está na abordagem política no nível macro, sua fraqueza reside na análise no nível micro. Ou seja, ao se basear em evidências estatísticas mais amplas, perde a riqueza dos estudos de caso individuais.	Setor público e privado.	Transparência, accountability.
SINERGIA	Ênfase no CS do tipo "bridging", ou seja, nas "pontes" estabelecidas entre atores sociais e entre estes e o aparelho de estado, especialmente com o corpo burocrático. A complementaridade (embeddedness). Refere-se à extensão dos laços que conectam servidores públicos.	Ao enfatizar a necessidade de sinergia, possui uma tendência a subestimar os interesses de classe dentro do próprio estado, além do poder diferenciado dos atores sociais envolvidos. ⁷	Grupos comunitários, sociedade civil, e firmas e estados.	Co-produção, complementaridade, participação, ligações 'scaling up', organizações locais.

⁶ O presente quadro foi elaborado a partir de Woolcock & Narayan (2000). Em menor escala Fernandes (2002) também foi utilizado.

⁷ No seu texto, Woolcock & Narayan (2000) defendem esta visão da Sinergia e, talvez até por isso, não apontam limitações a essa perspectiva. O que não nos impede de fazê-lo.

III - CAPITAL SOCIAL: ENTRE A GLORIFICAÇÃO E A EXECRAÇÃO

Abarcando uma ampla gama de temáticas que vão da análise de programas de saúde ao desempenho escolar, de projetos de irrigação a programas de redução da pobreza, do desenvolvimento regional à performance governamental, do trabalho voluntário à redes cibernéticas, o conceito de capital tem tido um apelo quase irresistível para acadêmicos e formuladores de políticas (Baron & Field & Schüller: 2000; Portes 1998; Woolcok 1998); Boix & Posner 1998; Putnam 1996; Lin 2001; Fyfe & Milligan 2003).

Talvez a pergunta que possa emergir após mais de uma década de “visibilidade” do conceito de capital social é justamente: por que sua notoriedade? Tendo sido conceituado de forma tão variada ao ponto de chegar mesmo a perder sua validade explicativa (Portes 1998), se suas formas de mensuração e indicadores utilizados podem ser tão problemáticas e questionáveis⁸ (Ulzurrun 2002; Reis 2005), então o que explica sua presença persistente nos debates?⁹

Um primeiro aspecto a se considerar é a mudança de enfoque intelectual com a busca por explicações interdisciplinares, mais holísticas para problemas como desenvolvimento, redução da pobreza e das diferenças sociais e regionais. A importância de fatores menos “ortodoxos” (como os bens materiais e financeiros em sentido estrito) e o reforço da importância da dimensão cultural (Kliksberg 1999) e dos aspectos intangíveis que envolvem a noção de desenvolvimento (Dallabrida 2006), incluindo-se aí as normas, sistemas de participação e engajamento cívicos capturados

⁸ O pressuposto defendido por Putnam no seu *Bowling Alone* de que estaria havendo um declínio no capital social sob a forma de engajamento cívico nos Estados Unidos é criticado por Rich (1999) e Boggs (2001). De forma geral, segundo estes autores, o declínio nas formas de associação estudadas por Putnam não necessariamente significam um declínio no engajamento cívico, mas sim uma mudança no próprio perfil tanto da sociedade americana quanto nas formas de participação. A diversificação do tecido social e suas clivagens étnicas, de gênero, idade e estilos de vida, o aumento do nível de educação da população, a mudança nos gostos e a secularização da sociedade fazem com que certas organizações sejam incapazes de acompanhar essas transformações e se vejam fadadas ao declínio.

⁹ Só como exemplo disso, recentemente a Universidade de Santa Cruz do Sul, no estado do Rio Grande do Sul, promoveu um importante seminário internacional sobre desenvolvimento regional intitulado “Território, Capital Social e Desenvolvimento Regional” no período de 17 a 20 de outubro de 2006.

na idéia de capital social (Hart 2001), passam então a ser mais intensamente valorizados.

Por outro lado, há o peso do próprio momento histórico a partir da nova configuração política no nível internacional nos anos 90, com a crise do mundo socialista e o processo de democratização ocorrido na América Latina. Tais fatos deixaram à mostra realidades políticas diferentes dos modelos de poliarquia vigentes na Europa Ocidental e Estados Unidos, suscitando diagnósticos de que *“a adoção de modelos institucionais poliárquicos teria sido insuficiente em face da precária tradição democrática daquelas sociedades”*, daí o esforço intelectual de ver na cultura e nos valores os motivos do êxito ou fracasso de tais experiências. O produto de maior repercussão dessa linhagem, teria sido, segundo Santos (2004, 146), o conceito de capital social a la Putnam.

É nesse contexto que o conceito de capital social entra no debate do Banco Mundial (Bebbington & Scott & Olson & Woolcock 2004), tornando-se uma ‘prescrição’ dessa agência financiadora o forte apoio à iniciativas visando a “construção” do capital social como forma de redução da pobreza (Grootaert & Bastelaer 2002; Grootaert et ali 2004). A noção de “capital social” insere-se num acalorado debate político que, obviamente, lhe gerou críticas agudas não só enquanto conceito em si mas como também ao cunho conservador de tais prescrições. De forma geral as críticas acusam tais programas de estarem imersos nos pressupostos das políticas de liberalização e flexibilização do Estado, correspondendo, na prática, ao corolário dos cortes de custos e disciplina fiscal dos anos 90. Tratar-se-ia portanto de um conjunto de práticas comprometidas com a conservação do status quo neoliberal (Mayer & Rankin 2002; Mohan & Mohan 2002; Boisier 1999).¹⁰

¹⁰ Assim, Mercer (2003) demonstrou que na Tanzânia a ênfase na formação de parcerias entre sociedade civil e organismos internacionais (como o FMI) para a boa governança (“good governance”) tem servido para legitimar os ajustes continuados impostos por estes organismos: os atores envolvidos estão numa relação de poder assimétrica. O que se entende por parceria porá a boa governança é na verdade a indução/imposição de um certo tipo de política dentro dos marcos da reforma neoliberal.

Se para alguns o capital social é o elo perdido do desenvolvimento, na opinião de autores como Hart (2001, 653) “[...] *while the concept is (I hope) destined to collapse under the weight of its own floppines, its lease of life is far from over*”. Mais adiante arremata que, no seu palpite, a margem de manobra aberta pela noção de capital social é extremamente pequena (op. Cit. 654). Na mesma direção e de uma forma mais ácida, para dizer o mínimo, Fine (2002) estampou no título de um artigo na Antipode: “They F**k you up those social capitalists”.

Acredita-se aqui que muito das críticas ao uso do capital social como uma “Máquina Antipolítica”¹¹ proceda. Todavia, no meio dessa peleja intelectual (se é que assim podemos chamar), há que se levar em conta um pano de fundo histórico e social no qual as sociedades contemporâneas estão imersas, a saber, o avanço das relações de mercado, o excesso de individualismo e a erosão da confiança nas relações sociais em múltiplas esferas (Baron & Field & Schüller 2000, 13-14).

Talvez estejamos diante da ponta de um iceberg representado pela erosão mesmo dos padrões de sociabilidade que cimentam as sociedades. Não é sem motivo a atualidade do pensamento de Émile Durkheim na possibilidade de, a partir dele, resgatar conceitos até então considerados ultrapassados e insuficientes tal como o conceito de moral, hoje tão necessário na tentativa de compreensão do quadro de anomia no qual nos encontramos (Friedman 1993).

Para o historiador Eric Hobsbawm (1995), pelos padrões de nossos pais e avós, assistimos ao avanço da barbárie, tanto pela ruptura do sistema de regras e comportamentos pelos quais as sociedades regulam suas relações quanto pela reversão do projeto do Iluminismo do século XVIII, este entendido como:

“[...] um sistema universal de tais regras e padrões de comportamento moral, incorporado nas instituições de Estados dedicados ao progresso racional da humanidade: à vida, à liberdade e à Busca da Felicidade, à Igualdade e

¹¹ Ou seja, condizente com os ditames de um pós-consenso de Washington (Bebbington & Scott & Olson & Woolcock 2004).

Fraternidade. Ambos significados estão em marcha agora e reforçam mutuamente os efeitos negativos sobre nossas vidas". (Hobsbawm 1995, 16).

Talvez a “visibilidade” do capital social esteja na sua capacidade de reforçar a importância dos laços que conectam os indivíduos, as normas e regras de reciprocidade e os sistemas de participação cívica dentro desse contexto contemporâneo apontado. Sua presença nos debates talvez seja pela possibilidade de ser uma importante ferramenta – intelectual e política - na luta por uma sociedade social e territorialmente mais justa. Retornaremos a esse ponto na conclusão do trabalho.

III – CAPITAL SOCIAL E GEOGRAFIA

Talvez fosse possível se pensar em contribuições da geografia à temática do capital social em dois campos congruentes que têm sido alvo de críticas aos trabalhos de Putnam, a saber, o papel do estado e o problema da escala. Procura-se assim, nessa parte, fazer dialogar a literatura sobre capital social com algumas lições da geografia política a fim de contribuir com alguns problemas teóricos e metodológicos do conceito de capital social à la Putnam.

Uma crítica freqüente ao trabalho de Putnam é o determinismo histórico que incorre ao estabelecer uma relação causal direta entre a performance governamental de um norte cívico e um sul não cívico¹². Uma questão trazida na esteira disso é de que, se partirmos do pressuposto de que o desempenho das instituições seja profundamente influenciado por seu contexto social e histórico, o que esperar daqueles países ou regiões considerados “não cívicos” ou de baixo capital social senão a condenação por um determinismo histórico-cultural ? (Fernandes 2002).

¹² O problema apontado por Tarrow (1996) é que Putnam especifica e operacionaliza cultura política por meio de tradições passadas, enquanto os indicadores de democracia, por seu turno, são fixados no presente, ao mesmo tempo em que não especifica quais regras de inferência o guiaram para estabelecer as origens “cívicas” ou “não cívicas” das regiões italianas.

Putnam parte do pressuposto de que o capital social flui da sociedade civil para o estado (Fyfe & Milligan 2003). Tal abordagem centrada na sociedade (society-centred), negligencia as formas pelos quais o capital social pode ser criado ou destruído por forças e instituições estruturais como o próprio estado (Mohan & Mohan 2002; Tarrow 1996; Maloney & Smith & Storker 2000). O fato é que ao não explorar adequadamente essa relação, deixa de perceber que o estado, por meio de suas políticas públicas, tem uma importante função na criação do capital social.¹³ Rennó (2003), por seu turno, inverte a ordem proposta por Putnam pois para este autor, os condicionantes da participação em associações da sociedade civil devem ser buscados no arcabouço institucional e no sistema de abertura e garantias oferecidas por instituições formais criados pelo próprio estado. São estes que na sua visão condicionam - muito mais do que a existência do capital social – o ativismo da sociedade civil.

Os aportes de Evans (1996a e 1996b), Ostrom (1996) e Fox (1996) capturados na idéia de “sinergia estado-sociedade” marcaram uma posição que procurava conciliar tanto a importância do capital social quanto o papel do estado na promoção de mecanismos de desenvolvimento. São estudos que acentuam a importância das normas de cooperação e redes de engajamento cívico que conectam cidadãos a agências governamentais na realização de certos objetivos¹⁴. Tandler (1998) nessa linha, demonstrou a importância do setor público com seu corpo burocrático na implementação e êxito de políticas públicas tanto do ponto de vista dos resultados esperados (por exemplo, a redução da mortalidade infantil), quanto na capacidade de accountability governamental.

¹³ Num estudo sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (o PRONAF), Castilho (2002) demonstrou que, ao proceder de forma pró-ativa, o Estado pode definir desenhos estratégicos e operacionais visando induzir a formação de capital social e o sucesso dos próprios programas, especialmente nos territórios mais marginalizados social e economicamente.

¹⁴ Interessante dizer que tais premissas se baseiam em lições de experiências históricas concretas de crescimento dos países da Ásia – como Japão e Coréia do Sul – nos quais o estado e seu corpo burocrático junto do capital social presente nas sociedades tiveram um importante papel no sucesso econômico dessas nações. Segundo Evans (1996a), cidadãos engajados são fonte de disciplina e informação para agências públicas bem como para funcionários públicos diretamente envolvidos nos projetos.

Qualquer análise que despreze, minimize ou mesmo prescinda de um importante ator como o Estado será, no mínimo, incompleta. Isso se aplica sobejamente à problemática da democracia e à dimensão territorial da cidadania e da garantia por parte do Estado dos direitos civis, políticos e sociais. Assim, “[...] *é esta complexidade da natureza territorial e social do Estado-nação, a sua institucionalidade, a sua capacidade de ação sobre a organização do seu território e sobre o cotidiano dos seus habitantes, que a geografia deve revelar e explicar*” (Castro 2005, 119).

Dessa forma, os geógrafos poderiam contribuir para o entendimento de como as formas de relacionamento entre estado, sociedade civil e atores de mercado influenciam no desenvolvimento e no acesso a recursos (sejam eles econômicos ou políticos). Para se compreender a construção do capital é necessário o entendimento das interações de diferentes atores da sociedade civil e do estado em diferentes escalas geográficas (Bebbington & Perreault 1999; Fyfe & Milligan 2003; Radcliffe 2004). Entramos então no segundo ponto da questão: capital social e o problema da escala.

Como é sabido, a escala se torna um problema – ou questão - para a geografia a partir do momento em que a mesma é tomada como um recurso epistemológico que permite dar visibilidade ao real (Castro 1995). Significa pois reconhecer que a mudança na escala encerra em si uma mudança no próprio fenômeno observado (e não tão somente uma mudança no tamanho do objeto de estudo, como é o caso da escala cartográfica).

A discussão a respeito do capital social encerra em si um problema de nível de análise que acaba sendo também um problema de mudança de escala com as implicações daí advindas. Diferentemente do estudo de Coleman e, de certa forma, também de Bourdieu, que centraram a análise do capital social no nível microssocial e na escala local tomando-o como um recurso individual disponível nas estruturas das relações sociais, no trabalho de Putnam muda a escala de análise, ao relacionar capital

social à performance governamental e, ao fim e ao cabo, às diferenças no desenvolvimento regional italiano. Em outras palavras:

“[.]Putnam makes the shift of scales too simply: while the concept may indeed have much to tell us about regional patterns of state-civil society-market intersections, the shift of scale introduces additional levels of variation and complexity. These in turn require more nuanced uses of the concept, and more nuanced forms of institutional and social analysis than Putnam provide”. (Bebbington & Perreault 1999).

É dentro de uma determinada moldura institucional – com regras, agenda e recursos - que a correlação de forças entre os atores políticos se dará (Judd 1998). Se colocarmos este pressuposto numa linha de raciocínio que privilegie a participação democrática e cívica – um dos elementos do capital social- entenderemos que há uma dimensão geográfica do poder local já que os lugares têm um papel importante em determinar a capacidade e inclinação dos cidadãos para a governança. A história dos lugares, a qualidade do ambiente sócio-espacial, a configuração da vizinhança e o sentido de ligação com o lugar influenciam na habilidade e no desejo dos cidadãos em contribuir com os esforços coletivos do local (Kears 1995).

V – PALAVRAS FINAIS

As críticas desferidas contra o conceito de capital social cresceram paralelamente à sua notoriedade nos anos 90. Mas talvez não devêssemos fazer uso do recurso de jogar fora a criança com a água suja do banho. Ou seja, reconhecendo os perigos teóricos, metodológicos e também políticos do conceito (e em que caso não temos que ter esses cuidados quando fazemos pesquisas científicas?), podemos fazer uso do mesmo em direção a uma teoria e prática que contribuam no exercício da democracia e na justiça social (Baquero 2006).

Ao ressaltar a importância da cooperação, da confiança entre as pessoas, e entre estas e suas instituições bem como na ênfase nas responsabilidades dos governantes e governados nas tarefas do bem público (D’Araújo 2003), o conceito de

capital social parece ter contribuições importantes a dar posto que, conforme estudo de Putnam, este tipo de capital é capaz de estimular o desenvolvimento econômico baseado nas regras de reciprocidade, na participação e cidadania ativas e na intensa institucionalização dos interesses coletivos. Por outro lado, *“las regiones menos favorecidas se enfrentan a una tarea ingente, aunque no imposible, a la reconstruir el capital social local, dañado por décadas de dificultades económicas, dependencia estatal, dominio de la élite, etc.”* (Amin 2000, 61).

Seria possível se pensar numa sociedade democrática e mais justa sem a presença de cidadãos ativos e predispostos a cooperar no bem comum?

VI – REFERÊNCIAS

AMIN, Ash. 2000. *Una perspectiva institucionalista sobre el desarrollo económico regional*. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, Ano XIV, n.º 2, 47/78, 2000.

BAQUERO, Marcelo. 2006. *“Globalização e Democracia inercial. O que o Capital Social pode fazer na construção de uma sociedade participativa?”* In: BAQUERO, Marcelo e CREMONESE, Dejalma. *Capital Social: Teoria e Prática*. Ijuí, Editora Unijuí, 21-42, 2006.

BARON, FIELD & SCHULLER. 2000. *Social Capital: Critical Perspectives*. New Cork, Oxford University.

BEBBINGTON, Anthony (et ali). 2004. *Exploring Social Capital Debates at the World Bank*. Journal of Development Studies 40(5), 33-64, 2004.

BEBBINGTON, Anthony & PERREAULT, Thomas. 1999. *Social Capital, Development, and Access to Resources in Highland Ecuador*. *Economic Geographic*, vol.75, 1999.

BOISIER, Sérgio. 1999. *El Desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinergetico*. Redes, Santa Cruz do Sul, v.4, n.1, 61-78, 1999.

BOIX, Carles & POSNER, Daniel N. 1998. *Social Capital: Explaining its origins and Effects on Government Performance*. British Journal of Political Science, 28 (4), 686-693, Oct. 1998.

BOGGS, Carl. 2001. *Social capital and political fantasy: Robert Putnam's Bowling Alone*. *Theory and Society* 30, 281-297, 2001.

BOURDIEU, Pierre. 1998. *O capital social: notas provisórias*. In. NOGUEIRA, M. A. & CATANI, Afrânio. *Escritos de Educação*. Petrópolis, Vozes.

CASTILHOS, Dino S.B. 2002. *Capital Social e Políticas Públicas: Um Estudo da Linha Infra-Estrutura e Serviços aos Municípios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

CASTRO, Iná Elias. 1995. *O problema da Escala*. In: *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 117-140.

_____.2005. *Geografia e Política: Território, escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

COLEMAN, James. 1988. *Social Capital in the Creation of Human Capital*. *American Journal of Sociology*, vol. 94, Supplement S95-S120, 1988.

DALLABRIDA, Valdir Roque. 2006. "A Dimensão intangível do Desenvolvimento: algumas reflexões preliminares". In.:BAQUERO, Marcelo e CREMONESE, Dejalma (org.). *Capital Social: Teoria e Prática*. Ijuí, Editora Unijuí, 159-186.

D'ARAÚJO. Maria Celina. 2003. *Capital Social*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

DEFILIPPIS, Janes. 2002. *Symposium on Social Capital: an introduction*. *Antipode* 34 (4), 790-795, 2002.

EVANS, Peter. 1996a. *Introduction: Development Strategies across the Public-Private Divide*. *World development*, vol. 24, N.6, 1033 –1037, 1996.

_____.1996b. *Government Action, Social Capital and Development: Reviewing the evidence on Synergy*. *World Development*, vol. 24, N.º 6, 1119-1132, 1996.

FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo. 2002. *O capital Social e a Análise Institucional e de políticas Públicas*. *Revista de Administração Pública*, 36 (3), 375-398. 2002.

FINE, Ben.2002. *They F**k you those Social Capitalists*. Antipode, 34 (4), 796-799.

FRAGA, Renata O. & LEMOS, Linovaldo M. 2006. *Migração Cidade-Campo e o Capital Social: Estratégias para a revitalização do rural no município de Nova Friburgo*. Anais do III Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. UNISC - Santa Cruz do Sul, 17 a 20 de outubro de 2006.

FRIDMAN, Luís Carlos (Org.). 1993. *Émile Durkheim, Max Weber – Socialismo*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.

FORNI, Pablo y SILES, Marcelo y BARREIRO, Lucrecia. 2004. *Que es el Capital Social y cómo Analizarlo em Contextos de Exclusión Social y Pobreza? Estúdios de Caso em Buenos Aires, Argentina*. Julian Samora Research Institute, Michigan State University, Reserach Report N.o 35, December 2004.

FOX, Jonathan.1996. *How does civil society Thicken? The political construction of social capital in rural Mexico*. World Development, vol. 24, nº6, 1089-113, 1996.

FYFE, Nicholas R. & MILLIGAN, Christine. 2003. *Out of the shadows: exploring contemporary geographies of voluntarism*. Progress in Human Geography 27, 4, 397-413, 2003.

GROOTAERT, C. & BASTELAER, Thierry Van. 2002. *Understanding and Measuring Social Capital: a Multidisciplinary Tool for Practitioners*. Washington, World Bank.

GROOTAERT, C. (Et ali). 2004 *Measuring Social Capital: an Integretade Questionnaire*. Washington, World Bank.

HART, Gillian. 2001. *Development critiques in teh 1990s: culs de sac and promising paths*. Progress in Human Geography, 25, 4, 649-658, 2001.

HIGGINS, Silvio Salej. 2005. *Fundamentos Teóricos do Capital Social*. Chapecó, Editora Argos.

HOBBSAWM, Eric.1995. *“Barbárie: o guia do usuário”*. In: SADER, Emir (org.). *O mundo Depois da Queda*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 15-50.

KEARNS, Ade. 1995. *Active Citizenship and Local Governance. Political and Geographical dimensions*. Political Geography, Vol. 14, n.º 2, 155-175, 1995.

KLIKSBERG, Bernardo. 1999. *Capital Social y Cultura, Claves Esenciales del Desarrollo*. Revista de la Cepal, N.o 69 , 85102, Diciembre 1999.

LEVI, Margaret. 1996. *Social and Unsocial Capital: A Review Essay of Robert Putnam's Making Democracy Work*. Politics & Society, Vol. 24, N.o, 45-55, Marc, 1996.

LIN, Nan. 2001. *Social Capital: A theory of social structure and action*. New York, Cambridge University Press.

MALONEY, SMITH AND STOKER. 2000. *Social Capital and Associational Life*. In: BARON, FIELD, SCHULLER. *Social Capital: Critical Perspectives*. New Cork, Oxford University, 212-225.

MAYER, M & RANKIN, K. 2002. *Social Capital and (community) development: a North/South perspective*. Antipode, 34 (4), 804-808, 2002.

MERCER, Claire. 2003. *Performing partnership: civil society and the illusions of good governance in Tanzania*. Political Geography, vol. 22, 741-763, 2003.

MOHAN, Giles. MOHAN, John. 2002. *Placing Social Capital*. Progress in Human Geography 26, 2, 191-210, 2002.

OSTROM, Elinor. 1996. *Crossing the Great Divide: Coproduction, Synergy, and Development*. World Development, vol.24, n°6, 1073-1087, 1996.

PORTES, Alejandro.1998. *Social Capital: Its Origins and Applications in Modern Sociology*. Annual Review of Sociology, 24, 1-24, 1998.

PUTNAM, Robert D. 1995. *Bowling Alone: America's Declining Social Capital*. Journal of Democracy, Vol. 6, N.o1, 65-77, 1995.

_____. 1996. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas.

_____. 2000. *Bowling Alone: civic disengagement in América*. New York, Simon and Schuster.

RADCLIFFE, Sarah A. 2004. *Geography of development: development, civil society and inequality – social capital is (almost) dead?* Progress in Human Geography 28 (4), 517-527, 2004.

REIS, Bruno P. W. 2005. *Capital Social e Confiança: uma questão de teoria e método*. Revista de Sociologia e Política. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782003000200004&lng=pt&nrm=iso/&tlng=pt>. Acesso em 04 de janeiro de 2006.

RENNÓ, Lúcio R. 2003. *Estruturas de oportunidade política e engajamento em organizações da sociedade civil: um estudo comparado sobre a América latina*. Revista de Sociologia Política. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-44782003000200006&lng=pt&nrm=isso>. Acesso em 22 de março de 2006.

RICH, Paul. 1999. *American Voluntarism, Social Capital, and Political Culture*. Annals AAPSS, 565, 15-34, September, 1999.

TENDLER, Judith. 1998. *O Bom governo nos trópicos: Uma visão crítica*. Rio de Janeiro: Revan, Brasília: ENAP.

SANTOS, André Marenco dos. 2004. *Democracia e Valores Cívicos: Uma relação Necessária?* Novos Estudos, N.º 69, 145-160, 2004.

TARROW, Sidney. 1996. *Making Social Science Work Across Space and Time: A Critical Reflection on Robert Putnam's Making Democracy Work*. American Political Science Review, Vol. 90, N.º 2 (June 1996), 389-397, 1996.

ULZURRUN, Laura M.D. 2002. *Associational Membership and Social Capital in Comparative Perspective: A Note on the Problems of Measurement*. Politics & Society, Vol. 30, N.º 3, 497-523, 2002.

WOOLCOCK, Michael. 1998. *Social Capital and Economic Development: Toward a theoretical Synthesis and Policy Framework*. Theory and Society 27, 151-208, 1998.

WOOLCOCK, Michael & NARAYAN, Deepa. 2000. *Social Capital: Implications for Development Theory, Research, and Policy*. World Bank Research Observer, Vol. 15 (2), 2-48, 2000.